

Do Convento de Mafra ao *Real Edifício*

ANTÓNIO FILIPE PIMENTEL

Os justos motivos

Por 1721-1722 começaria a tomar forma, sobre o Convento de Mafra, um complexo organismo que os contemporâneos designaram de *Real Edifício*. A construção daquele havia começado tão-somente quatro ou cinco anos antes, em 1717, com o lançamento da primeira pedra, a 17 de novembro. Mas a pompa insólita do cerimonial de então; a aura das riquezas sem fim nele consumidas; a própria auréola de devoção extremada que a posteridade apensaria à memória do monarca promotor, haveriam de congraçar-se para a persistência, no córtex profundo das gerações vindouras, do referencial monástico no régio e magno empreendimento. E contra tal pouco poderia a História — mesmo que o antigo cenóbio mais não fosse que o histórico embrião desse monumento (...) *maior que o reino* (...)¹, como Herculano o apodaria e haveria de quedar-se, para o melhor e o pior, na memória antropológica comum: *Convento de Mafra* haveria de ficar.

De facto, à designação anódina, entre oficial e oficiosa, de *Real Edifício* (por isso é **que a sua organização, sem paradigma próximo, se devia inteiramente à vontade férrea do régio promotor, D. João V**), opor-se-ia o conceito (esse semi-inteligível) de cenóbio real, de ilustre e vasta prole, em cada encruzilhada da gesta nacional: de Santa Cruz de Coimbra a Alcobaça; da Batalha a Santa Maria de Belém e a São Vicente de Fora de Lisboa. Muita coisa, porém, ocorrera entretanto, no estaleiro real, entre os faustos de 1717 e esses outros que, em 22 de outubro de 1730 (dia do 41.º aniversário do seu fundador), por sua vez haveriam de rodear a sagração da respetiva igreja, assinando a etapa final da sua (longa) conclusão. No trilho que conduz *do Convento de Mafra ao Real Edifício* é, porém, na História que importa mergulhar.

D. João V chegara ao trono aos 17 anos, por morte de seu pai, Pedro II, em dezembro de 1706. Esse facto configuraria o primeiro episódio de sucessão tranquila em mais de seis décadas da sua (ainda jovem)

dinastia. Consorciado, desde 1708, com Maria Ana, arquiduquesa da Áustria, certo é que, em inícios de 1711, ainda não lograra geração. Em tal contexto e não obstante o rendilhado da lenda e suas variantes², aureolando as origens do que viria a ser a desmesurada construção mafrense, é provável que, na sua medula, se não afaste muito da verdade.

De facto, entre o receio que suscitaria (demais em quadro de envolvimento português no conflito europeu da Guerra da Sucessão de Espanha) a mais que plausível reedição da crise sucessória que havia rodeado a ascensão de seu pai (face à ambição, mal disfarçada do irmão, D. Francisco); a cultura religiosa desse tempo, transversal a toda a sociedade (e, convém reter-se, comum a toda a Europa católica, onde abundam as fundações votivas); os interesses estratégicos, cruzados e há muito afirmados, da província franciscana e dos donatários locais, viscondes de Vila Nova da Cerveira, a existência de um voto sucessório na origem do edifício mafrense parece encaixar-se com tranquilidade³. Sua neta, D. Maria I, voltaria, de resto, a fazê-lo, seis décadas mais tarde, em relação à Estrela.

Como quer que fosse, em dezembro desse ano, o nascimento de um primeiro fruto do régio casal (D. Maria Bárbara, que viria a ser rainha de Espanha),

From the Mafra Convent to the Royal Building

Initially built in 1717 as the Mafra Convent, its conversion around 1721-1722 into the complex body that would become known as the “Real Edifício” (“Royal Building”) is, in some sense, a metaphor for the reign of founding monarch John V of Portugal, between building an image of power and the circumstances in which this was carried out. In addition, in the design and radical change of a project so vast in scale, along with the superlative complexity and agility of the undertaking, it is an elegant demonstration of the talents of its creator: the architect and goldsmith of Germanic origin, João Frederico Ludovice.



iniciaria, em ritmo regular, uma sequência de cinco varões que, enfim, forneceria um horizonte estável ao trono ainda fresco dos Bragança. Assim, com a rainha prenhe, logo o soberano determinaria, a 27 de setembro, (...) *por justos motivos* (...) — que se abstém de exarar, além da devoção que tinha (...) *ao glorioso Santo António* (...) — conceder licença para que na vila de Mafra se fundasse um convento da sua invocação, submetido à província dos religiosos capuchos da Arrábida e (...) *lotado para assistirem nelle treze relligiosos somente* (...)⁴.

Dava-se, por este modesto modo, o sinal de partida à nova instituição, cuja administração o soberano seguidamente confia a António Rebelo da Fonseca, alto funcionário curial⁵. Insatisfeito, porém, com os resultados das diligências para a escolha do local, o próprio rei se desloca a Mafra⁶, dessa visita resultando a eleição de uma pequena eminência, a nascente da

povoação, protegida do vento sul pelo flanco de um monte adjacente: situação adequada ao justo realce da fundação real, assim dominando, a meia altura, o modesto povoado. Dezasseis meses mais tarde, a 21 de janeiro de 1713, procedia-se à avaliação dos terrenos (pertencentes a diversos donos), que importariam em \$358,500 réis⁷.

Delimitada, entretanto, com os habituais marcos de pedra, a área destinada à construção, nomeavam-se, em 19 de julho de 1714, o tesoureiro e o escrivão da obra, respetivamente António Soares de Faria e Máximo de Carvalho, ao mesmo tempo que se empossava nas funções de superintendente Leandro de Melo, até então corregedor de Torres Vedras⁸. A documentação persiste em referir-se ao convento que o rei mandava (...) *fazer na villa de Mafra dedicado ao glorioso Santo Antonio para nelle assistirem treze Religiosos da Provincia da Arrábida* (...).

1 | Mafra, vista aérea do conjunto monástico a partir de nascente, fotografia de autor desconhecido.

Entretanto, começavam os trabalhos. Mas em termos tais que, na opinião de contemporâneos, (...) *pela sua grandeza não davam esperanças de se concluir em poucos anos (...)*⁹ — havendo mesmo quem dissesse que, para concluir (...) *tão desmarcada fábrica (...)*, seria mister (...) *todo o dinheiro que havia em Hespanha, e que ainda assim não seria bastante (...)*¹⁰. Adiantavam-se, porém, os alicerces e, uma vez (...) *abertos na capacidade para tão grande edifício (...)*, designaria o monarca para a colocação da primeira pedra a data de 17 de outubro (que atrasos diversos obrigariam a diferir para 17 de novembro). A cerimónia, celebrada pelo patriarca de Lisboa, na presença do rei e da corte, revestiria um fausto ímpar, onde se consumiriam 200 000 cruzados¹¹.

Findos os festejos, prosseguiriam os trabalhos e, poucos meses volvidos, a 26 de abril de 1718, lavrava-se escritura com o mestre-pedreiro milanês Carlos Baptista Garvo, para a obra do convento e igreja, que se obrigava a executar (...) *pela Planta do Architeto João Frederico Ludovice (...)*¹². A tradição reporta que o monarca teria mandado executar (...) *várias plantas para o Convento, principiando a deliniallas pela pobreza de quem o havia de habitar (...)* pois se dizia ao princípio, que o convento seria para treze Frades (...). *Depois se foi augmentando o numero para quarenta, passou a oitenta (...)*¹³. A este ponto deverá, necessariamente, voltar-se, mas uma informação — por mais concreta — importa reter: a de ter Rebelo da Fonseca feito (...) *murar huma grande distancia de terra para cerca do Convento, e nella plantar, em bem repartidos canteiros, com dilatadas ruas, todo o género de árvores silvestres (...)* quando se variou na maior parte o sitio deputado para o Convento, tendo já aberto alguns alicerces, que não servirão, dilatando-o mais para a parte onde estavam os pomares, e então se frustrou em muita parte este trabalho (...). *Esta mudança de sitio e extensão da planta, para se augmentar o numero de celas de oitenta para trezentos Frades, foi tão intempestiva, que augmentou os trabalhos, e dispêndios sem explicação, pois como não cabião no sitio, que se tinha destinado e a igreja estava quase concluída, foi necessário demolir, e arrazar hum monte para a parte do Sul (...)*¹⁴.

A gigantesca mole do Monumento de Mafra resultaria, deste modo, do sucessivo engrandecimento de um plano inicialmente modesto, concebido para treze frades, mas progressivamente aumentado, no decurso dos trabalhos de construção, de molde a poder albergar quarenta, depois oitenta e, finalmente, trezentos capuchinhos arrábidos, num enorme edifício de 40 000 m², que terminaria ainda por englobar um palácio real. Quando, como e por quem se iria proceder a tais transformações, é outra das nebulosas que rodeiam a origem do edifício régio.

Cyrillo Volkmar Machado, a quem tanto deve a história da arte nacional, parece ter, no caso, uma quota grande de responsabilidade. No meritório afã de recolher notícias, porém com frequência deficientemente filtradas, faz-se eco, na sua *Collecção de Memórias*¹⁵, de

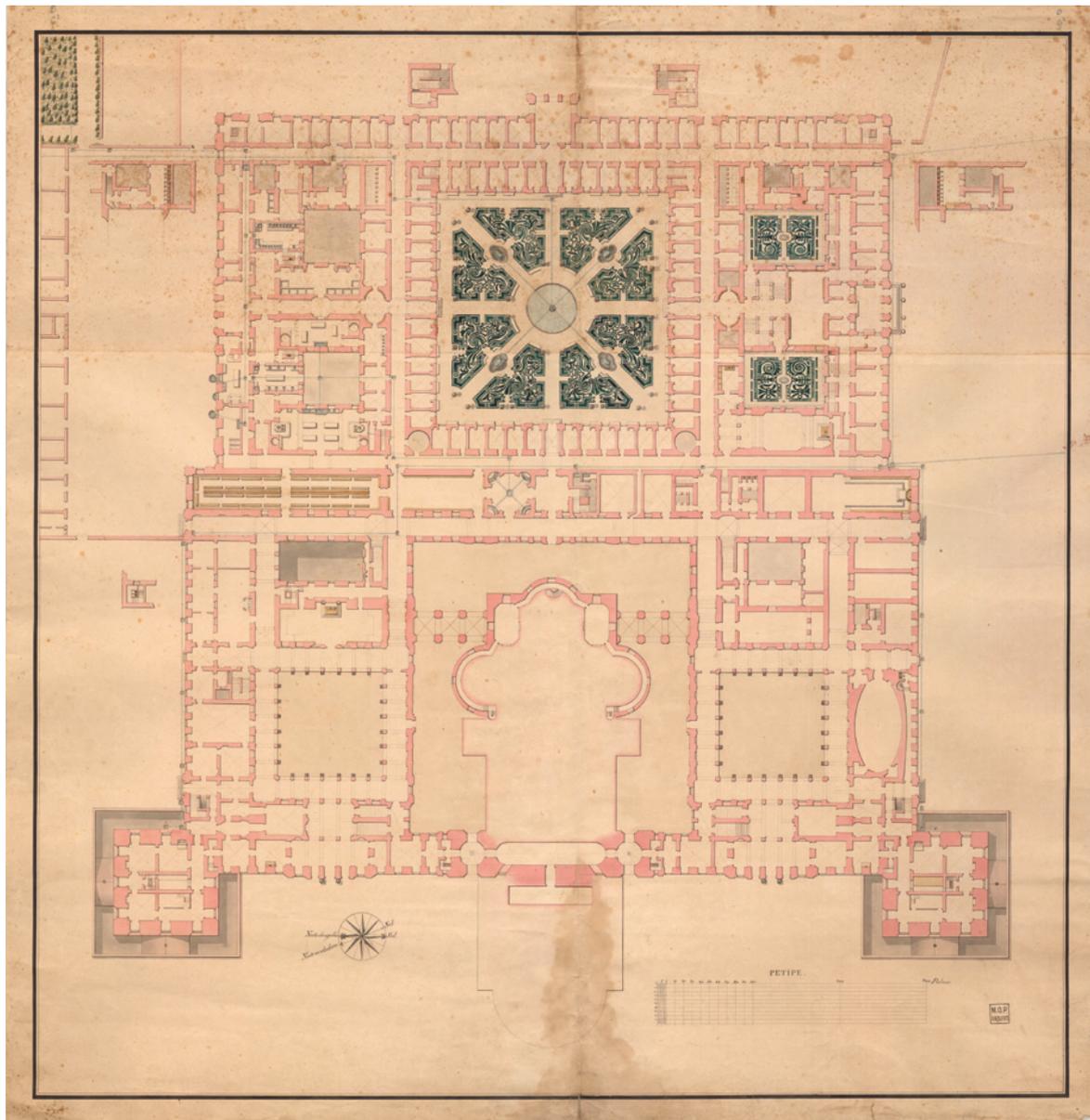
informações vagas, segundo as quais Filippo Juvara, que em Portugal passara seis meses, em 1719, teria feito os desenhos de uma patriarcal e da basílica, palácio e convento de Mafra, (...) *que se não executou, apesar da sua magnificência e elegância, porque os Jesuítas fizeram dar a preferênciã ao Frederico (...)*. E aí alude, igualmente, à existência de um concurso, que teria precedido a escolha do plano e no qual participaria ainda Canevari (que entre nós se demorara entre 1728 e 1732).

É certo, contudo, que as fontes contemporâneas parecem dissentir desta versão. De facto, logo em 1718, João Baptista Garvo se comprometeria a guiar-se (...) *pela Planta do Architeto João Frederico Ludovice (...)*¹⁶, enquanto, já em 1730, o duque de Cadaval (cuja alta hierarquia e elevadas funções curiais lhe garantiriam informação qualificada), nas *Memórias* que redige sobre a fundação do edifício cuja igreja nesse ano se sagrava, afirma que (...) *Mandou elRey fazer vários riscos, e rezolveo que se executasse a que fez João Frederico Ludovici Allemão de nação official de Ourives da prata, que havia muitos anos assistia nesta Corte, e pella sua Coriozidade insigne Architetto (...)*¹⁷.

Em 1751 será a vez de frei João de São José do Prado transmitir infirmação idêntica, no Monumento Sacro, roteiro histórico da magna edificação: (...) *Muitas e varias (...)*, escreveria, (...) *forão as plantas de Igrejas, que por ordem d'El Rey se fizeram; porém entre todas mereceo ter o primeiro lugar no seu agrado a de João Federico Ludovici, Tudesco de Nação (...)*¹⁸. Enfim, dobrado já o século XIX, seria a vez de frei Cláudio da Conceição, o erudito arrábido que a Mafra dedicaria quase um volume do seu monumental *Gabinete Historico*, referir, do mesmo modo, ter (...) *ElRei mandado fazer varias plantas para o Convento (...)*, somente lhe agradando, porém, (...) *a que fez João Frederico Ludovici Alemão de Nação (...)* — e reforça: (...) *para Architecto deste grande edifício elegeo João Frederico Ludovici, por ser na opinião comum o mais insigne nesta arte, e o tinha mostrado a planta que formou dele (...)*¹⁹. Por último, e ainda pelos mesmos anos, outro ilustre arrábido e bibliotecário da Livraria Real de Mafra, frei João de Santana, refere igualmente, numa memória manuscrita destinada a servir de roteiro às plantas do edifício levantadas por ordem de D. João VI, o (...) *Arquitecto, que o desenhou, João Frederico Ludovici da Nação Tudesca (...)*²⁰.

Na verdade, os anos que decorrem entre 1711 e 1717 — isto é, entre a assunção pelo monarca do compromisso de erguer em Mafra um convento de arrábidos dedicado a Santo António e a colocação da pedra fundamental da respetiva igreja —, constituem não apenas a primeira fase, mas um período da maior importância no que respeita à evolução futura do empreendimento e que, desse modo, convirá observar com atenção.

Estabelecido o voto, não tardaria o monarca a dar-lhe efetiva consecução prática, com a publicação, antes mesmo do nascimento do almejado fruto do régio consórcio, de um alvará, datado de



2 | Planta Térrea do Real Edifício de Mafra..., desenho de autor desconhecido, 1827. Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas

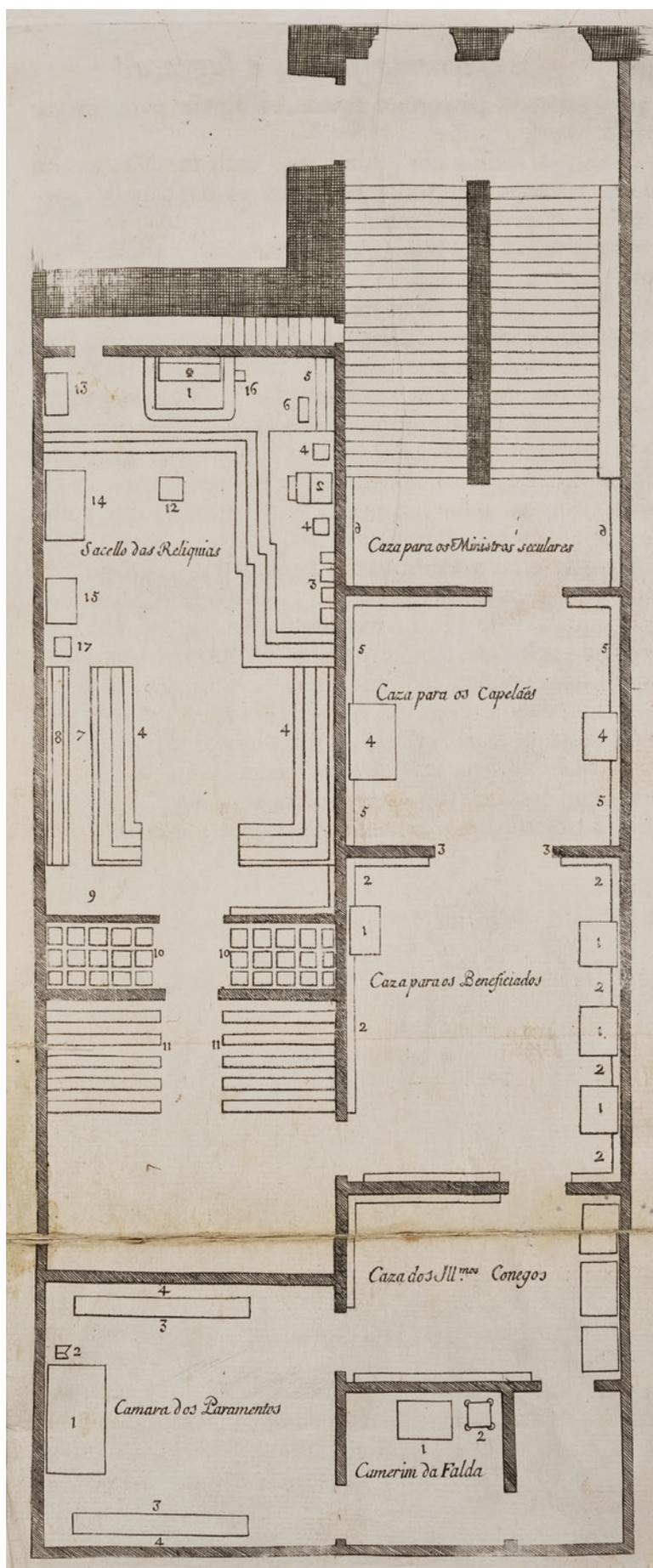
26 de setembro de 1711, concedendo a indispensável licença para a fundação do cenóbio franciscano. O ano de 1712 seria dedicado às diligências com a escolha do local e a 21 de janeiro de 1713 procedia-se, na presença dos proprietários ou dos seus representantes, à avaliação dos terrenos a expropriar. No ano seguinte, a 19 de julho de 1714, nomeavam-se, enfim, tesoureiro e escrivão da obra, bem como o superintendente. Em toda a documentação relacionada se insiste em que o convento se destinava a (...) *treze religiosos somente* (...).

Não obstante, os trabalhos não têm logo início. Haverá que aguardar até 1716²¹ para que, com recurso a seiscentos oficiais, se iniciasse a abertura dos alicerces de edifício que, logo em novembro, seria classificado de (...) *desmarcada fábrica* (...)²² e que frei Cláudio da Conceição reportaria que (...) *pela sua grandeza não davam esperança de se concluírem em poucos anos* (...)²³.

A dimensão da obra, de resto, levaria a adiar a cerimónia do lançamento da primeira pedra, que

ocorreria apenas a 17 de novembro do ano imediato, mas tanto o contrato celebrado entre o milanês Carlos Baptista Garvo e a Sereníssima Casa de Bragança (por conta da qual correriam os pagamentos da obra), em 26 de abril de 1718, como, especialmente, as instruções que o precedem, de 28 de janeiro anterior, obrigando o contraente a submeter-se em tudo à (...) *planta do Architecto da obra João Frederico Ludovice* (...)²⁴, esclarecem definitivamente a questão: o empreendimento segue, desde o seu arranque em 1716, os planos elaborados pelo alemão, dos quais subsistiria sempre, essencialmente incólume, a *Real Basílica*.

Efetivamente, é sobre o período anterior que as sombras parecem adensar-se: a sucessão dos factos afigura-se sofrer uma interrupção entre a nomeação, em meados de 1714, dos principais oficiais administrativos e o efetivo começo dos trabalhos, em 1716. É certo que desconhecemos hoje como poderia ter sido o pequeno convento para treze frades ideado (também por Ludovice?) em acordo com as instruções régias, mas não restam dúvidas de que a igreja, que



em 1716 começaria a desenhar-se, e cuja fundação daria lugar a uma das mais faustosas cerimónias do reinado, seria já muitíssimo mais ambiciosa.

De facto, tanto o relato do duque de Cadaval como o de frei João de São José do Prado se referem claramente a uma fase preliminar, que terá precedido a escolha do projeto a executar — e não restam dúvidas da existência dessa etapa humilde inicial, que subsiste ainda quando, em 1714, se procede à contratação de escrivão e de tesoureiro. Por outro lado, frei Cláudio da Conceição informa também que (...) *Depois se foi augmentando o número para quarenta, passou a oitenta (...)*²⁵ e depois, sabemos, a trezentos. Mas nada permite inferir que o monarca tenha modificado quatro vezes os seus planos em pleno curso dos trabalhos: antes se tratará (da parte do cronista arrábido) de historiar, miudamente, todas as fases por que terá passado a ideia original, até alcançar a configuração definitiva que haveria de ostentar a construção: (...) *hum Convento de trezentos Frades, recolhida toda esta máquina dentro hum Palacio que o circula (...)*²⁶.

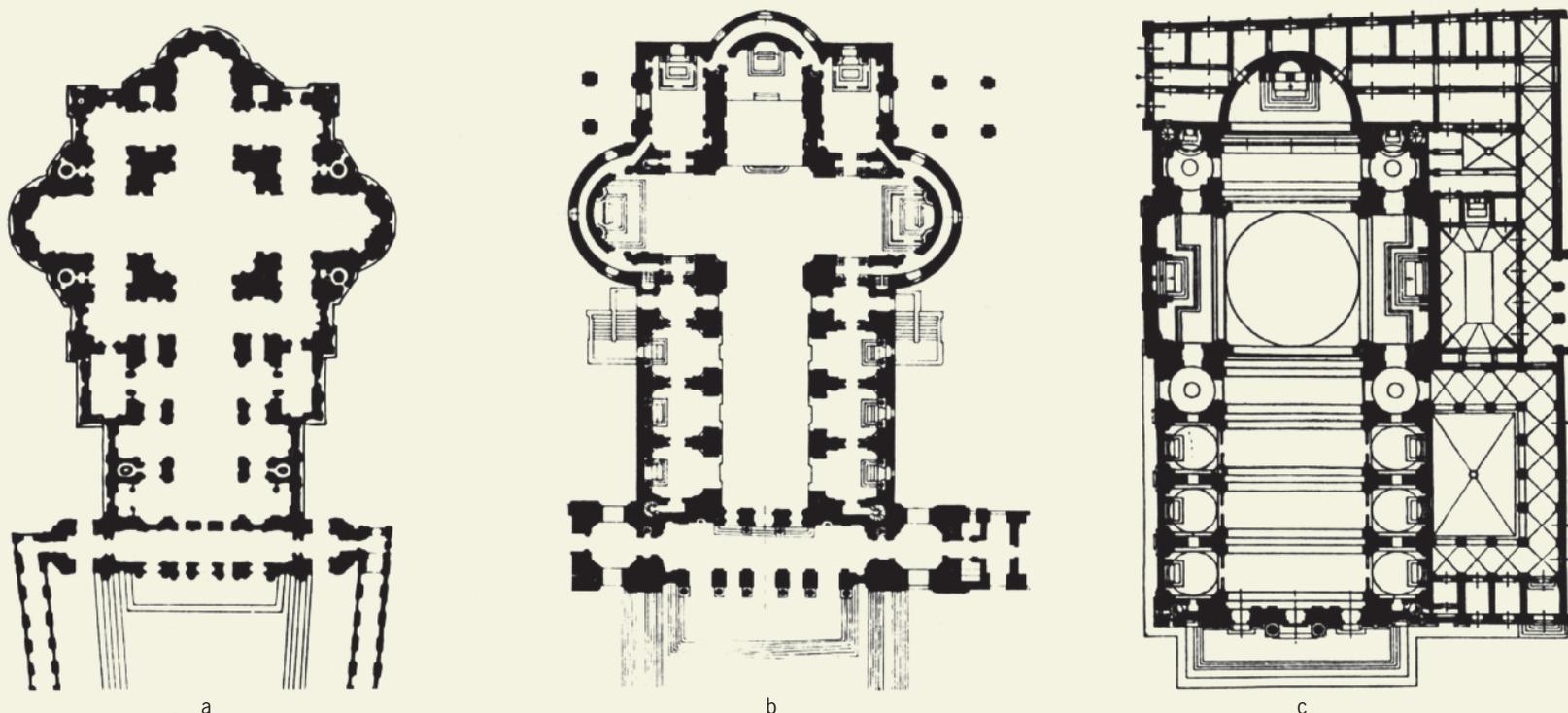
Ao invés, em todo o intrincado processo num único episódio frei Cláudio se demora com minúcia no que respeita à (...) *mudança de sitio e extensão da planta para se augmentar o numero de celas de oitenta para trezentos Frades (...)*: drástica medida, cujas consequências a estrutura final haveria de perpetuar. Medida (...) *tão intempestiva, que augmentou os trabalhos, e dispêndios, sem explicação, pois como não cabião no sitio, que se tinha destinado, e a Igreja estava quase concluída, foi necessário demolir, e arrazar hum monte para a parte do Sul (...)*²⁷.

Tudo indica, pois, que o risco definitivo, com base no qual se dá início à abertura dos alicerces, corresponderia já a um convento de oitenta cenobitas e em sua intenção seria riscada a igreja que hoje vemos e que — prossegue o cronista — teria (...) *bastante grandeza para constituir um Templo magnifico; mas sempre padeceu a nota de pequeno, atendida a imensa Comunidade de trezentos Frades para que era destinada (...)*²⁸.

De facto, seja em 1711, quando se estabelece o voto sucessório, seja em 1713, quando se leva a cabo a compra dos terrenos, e mesmo em 1714, quando se procede à nomeação dos oficiais administrativos, viviam-se em pleno os anos sombrios da Guerra da Sucessão de Espanha; Portugal debatia-se em plena crise de subsistências e o rei confrontava-se com um fenómeno geral de contestação²⁹ que, certamente, lhe cercearia as tendências gastadoras. No momento, porém, em que se iniciam as obras (1716), o quadro global era já outro e outras, decerto, as régias ambições: e tal justificará o paulatino abandono do desígnio original.

Como seria esse convento inicial não é, de resto, difícil de imaginar, já que a sua configuração, mesmo que possivelmente idealizada, emerge ainda na própria iconografia (ver fig. 2, p. 71, nesta mesma edição) que, em 1750, ilustrará, em Roma, as cerimónias fúnebres do *Rei Magnânimo*: como igualmente

3 | Planta da escadaria do palácio norte e das dependências de madeira erguidas aquando da sagração, in frei João de São José do Prado, *Monumento Sacro ...*, Lisboa, 1751, pp. 18-19.



se fixava nas medalhas (de ouro, prata e bronze) especialmente cunhadas para a o ritual da colocação da pedra fundamental (sob a qual jazem sepultadas), evocadas no registo do cronista arrábido, segundo o qual nelas se ilustrava (...) *o sumptuoso Templo (...) mostrando na perspectiva duas altas torres nas ilhargas, no meio o zimbório, as portas do Templo para o poente, e o Convento da parte esquerda, por assim estar nesse tempo delineado (...)*³¹.

Assim, pois, o conjunto monástico de Mafra estruturar-se-ia de acordo com o esquema tradicional: isto é, com a igreja adossada a um dos lados do edifício conventual (neste caso, o flanco sul). Em conformidade com esse plano se procederia à delimitação da cerca, murando-a e iniciando o seu cultivo³⁰, e se iriam erguendo as paredes do templo: e, mais vagarosamente embora, as da zona habitacional. Até que, de forma (...) *intempestiva (...)*, se (...) *variou na maior parte o sitio deputado para o Convento (...)*. Neste, em lugar de oitenta franciscanos, finalmente se alojariam trezentos, num enorme edifício que incluiria ainda um palácio real. Muito releva, por conseguinte, delimitar o momento em que ocorrem tais mudanças, bem como apurar o ponto a que chegara o empreendimento.

Sabemos, de facto, que, em outubro de 1730, data da respetiva sacração, (...) *a igreja estava quasi concluída (...)*, como refere frei Cláudio, que afirma ainda que se tinham (...) *principiado a abrir os alicerces do Convento* [objetivamente aludindo à nova localização da área habitacional imposta pelas alterações do plano] *em Setembro do anno (...) de 1728 (...)*³². No mesmo sentido se pronuncia o naturalista suíço Mer-

veilleux: (...) *On commence l'Edifice par l'Eglise (...). J'ai vu ce Bâtiment poussé jusqu'à la Nef (...)*³³.

A estadia deste último em Portugal abrange os anos de 1723 a 1726, mas sofrendo uma interrupção em finais de 1724³⁴, ano em que, em maio, inicia uma expedição científica pelo país a expensas régias. Conhecendo bem a estrutura do edifício, nada refere, porém, sobre as mudanças bruscas que havia sofrido, tudo parecendo indicar que se tratava de facto já passado. Semelhantes alterações, já consagradas em 1723-1724, ver-se-iam, contudo, obrigadas a respeitar uma igreja que, iniciada em 1717, se encontraria (...) *quasi concluída (...)* quando se decide ampliar o edifício — e que Merveilleux, em 1724, teria visto erguida (...) *jusqu'à la Nef (...)*. Não será, assim, excessivo concluir que a (...) *tão intempestiva (...)* decisão real se tenha verificado nos inícios da década de 1720, por 1721-1722: pouco tempo depois, na verdade, da falência dos projetos da Patriarcal, que haviam justificado a vinda de Juvara, em 1719³⁵.

Em semelhante quadro, a modificação do traçado, frustrando, em grande parte, a obra já realizada, canalizaria as energias na abertura de novas fundações e, fundamentalmente, no arrasamento de um monte que, a sul da igreja, impedia a extensão da planta e que o projeto inicial não tivera em conta. Nessa empresa hercúlea, cujos frutos, naturalmente, tardariam a perceber-se, se aplicariam os 12 000 operários que Merveilleux afirma ter visto em 1724³⁶.

Com o auxílio do exército, logrou-se desfazer por completo o monte e, nas palavras de frei Cláudio da Conceição, com (...) *as pedras e terra desse desentulho se entulhou e terraplainou hum profundo valle, em*

4 | Comparação das seguintes plantas: a) Roma, Basílica de São Pedro. b) Basílica de Mafra, c) Roma, Igreja do Gesù, in António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, 2.ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 303.

que hoje se vê uma formosa e dilatada praça, diante das galerias do Palacio Real, e frontispício da Igreja (...). Após, refere ainda, (...) *Depois de haver bastante terreno para abrir com desafogo os alicerces do Convento, se foi trabalhando mais lentamente na demolição desse monte, mas sempre prometia muitos vagares o concluir-se (...)*³⁷.

De facto, os trabalhos pareciam arrastar-se. Em setembro de 1728, como sabemos, começariam a rasgar-se os alicerces do convento e pouco a pouco erguer-se-iam as paredes — e será o facto de, em 1730, calhar a um domingo (festa consignada pelo ritual romano para a consagração dos templos) o dia 22 de outubro, 41.º aniversário do monarca, que levaria a que, de súbito, (...) *se desse tanto calor à obra do convento, que nesse anno se pudessem accommodar nelle os Frades, e celebrar-se a Sagração da Igreja (...)*³⁸.

Em conformidade, pois, proceder-se-ia, a partir de junho de 1729, a uma arregimentação geral de operários por todo o reino, adquirindo então o estaleiro de Mafra o aspeto faraónico que o tornaria lendário: de junho a outubro de 1730 chegariam a concentrar-se 45 000 pessoas, a que acresceriam ainda 7000 soldados, entre cavalaria e infantaria — tudo alojado na cidade efémera que rodeava o colosso de pedra e seria apodada de *ilha da madeira*³⁹.

Assim, erguido lentamente no decurso dos últimos doze anos, o edifício transfigurar-se-ia por completo no período que se seguiria — mesmo que, ainda nas palavras de frei Cláudio, não fosse possível adiantá-lo tanto (...) *quanto ElRei o premeditava, porque não cabia nos termos da possibilidade, poder sem detrimento da sua segurança, concluir-se hum tão grande edificio no decurso de dois anos, que he o que mediava entre o tempo, que se deo principio ao Convento, e o dia que estava destinado para a sagração da Igreja (...)*⁴⁰. Informações avulsas permitem perscrutar a evolução da construção no período que se segue à magna transfiguração, constituindo elemento essencial à própria compreensão da articulação entre os dois planos: o inicial e o definitivo.

5 | O Terreiro do Paço nas vésperas do terramoto de 1755, gravura atribuída a Francisco Zuzarte, século XVIII. Lisboa, Museu da Cidade.



A Real Obra

Começada, pois, a abertura dos alicerces da nova zona conventual em setembro de 1728, esta principiaria já a erguer-se quando, em fevereiro de 1729, o abade de Montgon se dirige a Mafra, proveniente do Caia, onde assistira à “troca das princesas”. Refere o templo magnífico, (...) *todo de mármore, quer no interior, quer mo exterior (...)*; o convento imenso, capaz de albergar (...) *pele menos 300 religiosos (...)* e observa já o refeitório, que o surpreende pela vastidão. Quanto ao palácio, iria ainda (...) *no principio da construção (...)*⁴¹. Para o mesmo período, uma curiosa *Notícia das Riays Obras de Mafra* acrescenta que estaria já concluída a fachada da basílica, com as respetivas torres, erguidas até ao (...) *oliuel da mesma igreja (...)*, cujo frontão se via, igualmente, embora ainda sem o medalhão de jaspe. Em frente, mas ainda inconclusa, alongava-se a escadaria de vinte e um degraus, mas, por toda a parte, estavam apenas (...) *prencipiados grandes dormitórios (...)* e, no geral, tudo tão atrasado ainda, que não era fácil (...) *dar verdadeira noticia (...)*⁴².

Decorrido um ano, porém, a realidade era já outra. Se em 1729 a basílica emergia isolada entre a amálgama de alicerces donde, lentamente, emergiam paredes, em 1730 distingue-se já, com nitidez, o traçado rigoroso do plano, disputando o terreno à montanha que, pouco a pouco, desaparecia. A 1 de setembro concluíam-se as torres, graças ao talento de Custódio Vieira, inventor de prodigiosos engenhos que facilitavam a ascensão das pedras, e no dia de São Miguel colocavam-se os primeiros sinos. Durante o oitavário da sagração, surgirão ainda envoltas nos complicados engenhos elevatórios, que não seria possível retirar a tempo, tal como a basílica, cujo zimbório de igual modo se não pôde concluir além do tambor, provisoriamente fechado, para as cerimónias, em madeira revestida a chumbo. No frontispício faltavam, igualmente, além do medalhão de jaspe, a cruz e os fogaréus, enquanto interiormente se tinham concluído todos os (...) *altares de pedra edificadas a romana (...)*, que, no dia da sagração, ostentariam já os seus retábulos pintados. Na galilé, porém, e nas capelas do templo, permaneciam vazios os nichos das estátuas, enquanto se refaziam a escadaria e a rampa, a fim de ampliá-las⁴³.

Pouco a pouco, o grande colosso começava a tomar forma: iam nascendo, além das *Casas da Via Sacra*, a um e outro lado, os grandes alçados palacianos e eram já visíveis os respetivos portais, mas a *Notícia* reporta que (...) *os riays palacios e dromitorios que a ronda do templo se achão prensipiados (...)* pelos grandes alicerces que ainda se uão abrindo se ue que dispois de acabados terão muito que uer (...)⁴⁴.

Assim, delimitando a fachada principal, divisavam-se já os torreões (...) *muito fortes pransipiados (...)*, sem que nada, porém, se pudesse ainda dizer (...) *da altura delles e dos palacios (...)*. Lá dentro, a escadaria norte divisava-se, entre (...) *muitas cazas*



*prensipiadas (...), vendo-se já, a um e a outro lado, os pátios palatinos, com seus (...) arcos de pedra branca bem laurada (...). Entre ambos, estava já delimitado o pátio envolvente da basílica, bem como o alçado do corredor das aulas e edificada a casa central de comunicação, assim como, para norte, a Casa De Profundis e o refeitório, ainda que a informação fosse referente, naturalmente, à parte estrutural. No coração da zona monástica, começava, do mesmo modo, a erguer-se o grande pátio central, depois “jardim do buxo”, com as suas quatro fachadas, das quais se distinguiam já três ordens de celas, (...) cada andar de seu feitio (...)*⁴⁵.

As obras decorriam, pois, a grande velocidade, mas era essencialmente na parte norte que os progressos se tornavam mais evidentes. Tal como o nascente, (...) *a do sul tem ainda pouco de que dar noticia por hinda se hirem abrindo aliserses (...) porque se uai arencando huma grande serra que uay deuagar a respeito do grande rochedo que não uay senão a poder de fogo (...)*⁴⁶. À data da sagração, o *Real Edifício* encontrava-se, com efeito, muito longe de poder

dar-se por terminado. Nem a meio chegara sequer. A 22 de dezembro de 1731, aliás, morto já Carlos Batista Garvo, lavrava-se nova escritura para a obra real com seu filho António Batista e com Manuel Antunes Feio. O instrumento notarial constitui um precioso documento sobre o estado de adiantamento dos trabalhos: por toda a parte faltava ainda erguer paredes, abóbadas, pisos inteiros. Estavam, porém, edificados já os dois claustros palatinos e a ponto de começar-se a grande escadaria dupla conventual (sinal de que a obra atingia o flanco sul)⁴⁷.

Contudo, o número de trabalhadores descera drasticamente: aos 45 000 operários de 1730 opunha-se, no ano seguinte, uma dezena de milhar, a que se acrescentavam cerca de 6000 soldados⁴⁸. E também o ritmo dos trabalhos havia nitidamente abrandado⁴⁹. É então que, para fazer face a esta situação, se decide concluir a obra pelo sistema de arrematação, o que viria a acontecer em abril de 1733, em duas empreitadas distintas: uma para o edifício em geral e outra para o zimbório, impondo-se, porém, o prazo de três anos para a sua conclusão⁵⁰.

6 | Palácio Nacional de Mafra, torreão norte, em primeiro plano.



7 | Basílica de Mafra, vista geral do interior da gailé.

A partir desse momento e não obstante a mão-de-obra se achar reduzida a pouco mais de 3000 operários (chegando mesmo a dispensar-se os militares)⁵¹, os trabalhos recuperam novo alento e, como escreveria frei Cláudio, (...) *o edifício crescia com admiração dos que o notavão* (...) ⁵². Os progressos, com o novo (...) *vigor e boa ordem* (...), repercutir-se-iam nos registos dos visitantes, como ocorreria com o *Diário* do conde da Ericeira⁵³. Entretanto, em 1734, proceder-se-ia à avaliação e à escritura das novas terras que a extensão do plano tinha ido ocupando e no ano seguinte concluíam-se os exteriores do convento e do zimbório. Em 1744, ainda que com inúmeros detalhes por terminar, chegava ao termo a construção do Real Edifício⁵⁴: no seu coração residiam então 342 frades, 203 sacerdotes, 45 quarenta e cinco coristas, dez noviços, sessenta leigos e 24 vinte e quatro donatos, num total de 684 almas, rodeadas de um palácio imenso, destinado a abrigar a corte.

Do primitivo plano ao Real Edifício

La longe, pois, essa fundação inicial, para treze frades mendicantes, que o rei idealizara em 1711 — ou mesmo esse cenóbio, imponente, destinado já a uma comunidade de oitenta franciscanos arrábidos, que havia começado a erguer-se em 1716 e cuja igreja, iniciada no ano seguinte, sobrevivia ainda essencialmente. Em tal contexto, sabendo-se que a alteração dos planos importaria um novo traçado de conjunto, transferindo a zona conventual para as traseiras da gigantesca mole e substituindo-a pelas dependências palacianas (reproduzidas, simetricamente, ao outro lado da igreja) — com tal se inutilizando boa parte dos trabalhos, incluindo alicerces —, parece lógico que o desenho da zona palatina se tivesse visto na conveniência de recuperar estruturas de origem conventual, em especial as mais avançadas, evitando a sua demolição. Muito importa, assim, poder distinguir, no edifício atual, o que subsiste do primitivo plano.

De facto, não obstante a parcimónia informativa das fontes disponíveis, aqui e além se colhem importantes dados. Sabemos, com efeito, que o abade de Montgon, que visita a obra em fevereiro de 1729 (cinco meses após o início da abertura dos alicerces da nova zona conventual) se surpreende já com a vastidão do refeitório. Mesmo sabendo que a decisão real de proceder à consagração da basílica (e conseqüente inauguração do cenóbio) a 22 de outubro de 1730 faria imprimir à construção um ritmo frenético, centrando boa parte do seu esforço, por lógicas razões, nas acomodações monásticas (possibilitando mesmo, por ocasião do oitavário, a instalação, embora em condições precárias, do respeitável número de 210 religiosos), tal ocorreria, sobretudo, a partir de junho de 1729, quando, em resposta às ordens expressas do monarca, afluem à obra dezenas de milhar de operários — até então, com efeito, ainda frei Cláudio lamentava que as paredes se erguessem (...) *com tanta lentidão, que nellas se viam trabalhar poucos mais operários, do que os que até esse tempo se ocupavam na Igreja* (...) ⁵⁵.

Tudo parece, assim, indicar que nos encontramos no limite oriental do primitivo cenóbio, numa área já delimitada pelo traçado inicial e onde, a dependências riscadas, decerto, para outros destinos e já em avançado estado de construção, tivessem sido atribuídas novas funções, na lógica de um plano que as integrava agora em pleno centro da vida comunitária. Afigura-se, assim, assaz plausível que o projeto original correspondesse, em extensão, à área que hoje ocupa o palácio do norte, englobando, contudo, o refeitório e as dependências anexas, até ao ponto onde se divisa a fronteira entre os dois retângulos desiguais de que se compõe a planta finalmente executada.

A ser assim, o novo traçado teria recuperado o essencial do antigo, por esse modo permitindo o aproveitamento das grandes fundações e mesmo das paredes exteriores, às quais se acrescentaria, porém, não somente o torreão angular, mas tudo o que impunha a nova ordenação da fachada — mas que em 1730

nascia ainda. E outros sinais se acumulam, em idêntico sentido: é o caso do pátio palatino, do lado norte, que avulta já, entre as (...) *muitas casas prensipiadas* (...) que ainda por toda a parte se divisam, (...) *com seus arcos de pedraria branca bem laurada* (...) — a que faltavam apenas as meias colunas adossadas. Entre aquelas, distinguia-se (...) *huma grande caza que se ue prensipiada* (...), que seria destinada a capela do Campo Santo⁵⁶ — a parede divisória (de clara construção posterior⁵⁷) que cegaria os vãos da nave oriental do claustro (em solução de novo replicada a sul), por esse modo integrando-a no complexo monástico que, nesse local, disputaria o terreno às estruturas palacianas, induz igualmente a pensar não ser o atual pátio palatino mais do que a sobrevivência do original claustro conventual, cujas estruturas herdaria e cujo ambiente claramente evoca.

E outro tanto ocorre, finalmente, com a grande escadaria palaciana, único local onde é possível detetar progressos semelhantes aos verificados no claustro, no refeitório e na fachada principal⁵⁸: não deixando de surpreender o partido imprimido a um elemento arquitetónico cujas potencialidades cénicas e rituais o barroco raramente negligenciava, como, de resto, não tardaria a comprovar-se na notável e engenhosa escadaria da portaria-mor conventual (porém, destinada a uma zona secundária no complexo monástico-palatino), cuja “invenção” parece dever-se a Custódio Vieira⁵⁹. Apenas, com efeito, este hábil e subtil entrosamento do antigo projeto conventual no novo plano, implementado a partir de 1721-1722, permitirá explicar o peculiar desfasamento que se observa no ritmo construtivo da gigantesca mole arquitetónica.

Sobre a lenda encastelada, a História parece, na verdade, desenhar uma realidade bem mais simples. Não restam dúvidas, com efeito, de que o edifício que, na prega de um monte sobranceiro a Mafra, localmente chamada de Alto da Vela, abrigada do vento sul pela colina, se começaria a erguer em 1716, não era mais aquele cuja fundação o monarca havia autorizado em 1711 e no qual, como se comprova a partir da documentação, pensava ainda (ao menos no plano oficial) em 1714. Motivos vários, a que não serão estranhos o termo, em março desse ano, da Guerra da Sucessão de Espanha, e mesmo a recuperação económica que, com as remessas de ouro do Brasil, começava a esboçar-se, levá-lo-iam a converter essa fundação primigénia num projeto mais vasto, mais condizente com os seus desígnios faustosos de príncipe absoluto, sob risco do *insigne Architetto* Ludovice — e que tudo indica fosse já concebido para oitenta frades.

Mafra, a cidade real

O Frederico confirmara-se já, por então, como o homem de mão da ação artística de D. João V e, designadamente, como coordenador de todas as reformas realizadas desde 1707, seja na capela real, seja no próprio Paço da Ribeira⁶⁰. Mas Mafra (cujo estaleiro, por



muito tempo, correria por conta da Casa de Bragança) não estaria ainda destinada a ser o maior empreendimento do reinado: esse idealizava-o o rei em Lisboa — e para tal faria vir, em 1719, o abade Juvara, arquiteto internacionalmente consagrado, que, por então, em Roma, trabalharia já sobre essa mesma ideia: o esplêndido complexo de palácio real e sé patriarcal que idealizara erguer, sobranceiro ao Tejo, na colina de Buenos Aires⁶¹.

Que Mafra e o alemão beneficiariam da falência desse sonho, não restam dúvidas. A grande alteração do plano — aumentando um cenóbio pensado para oitenta franciscanos, de molde a poder albergar trezentos, acrescido ainda de residência régia —, ocorrida por 1721-1722, constitui o efeito direto do colapso do desígnio lisboeta. Ao sumptuoso Paço-Patriarcal idealizado por Juvara, reunindo, numa mesma estrutura, os dois braços, eclesiástico e secular, de que se compunha a corte de Lisboa, sucederia o não menos

8 | Basílica de Mafra, vista geral do interior.

desmesurado paço-monástico, erguido por Ludovice na vastidão saloia.

Radicado na tradição medieval dos mosteiros-palácios — mas igualmente dos mosteiros-panteões —, na herança da tradição agostiniana da *Cidade de Deus* (de que o Escorial vizinho constitui ponto de chegada e ponto de partida), mas também, mais remotamente ainda, na utopia urbanística de *Cidade Ideal* (e na sua ressonância de matriz imperial), a passagem do Convento de Maфра ao *Real Edifício* resultaria, claramente, do adiamento imposto pelas circunstâncias ao grandioso projeto da Patriarcal, cristalizando essa ideia de poder que o *Rei Magnânimo* construíra e procurara consubstanciar em Lisboa, aqui beneficiando da liberdade que lhe resultava do carácter quase privado do empreendimento⁶². Por essa via, pois, o pacato cenóbio franciscano inicial converter-se-ia numa gigantesca construção, capaz de constituir uma verdadeira ilustração visual da fundamentação ideológica do Estado, tal como ela surgiria estruturada no Portugal da primeira metade de Setecentos.

A decisão real de ampliar o primitivo convento pela inclusão de um palácio real, outorgava-lhe, assim, uma súbita e nova representatividade, que o levaria a submeter-se à própria configuração da realeza nacional: diferente como era das suas congéneres europeias, refletir-se-ia, necessariamente, num conceito distinto de *palácio*. De facto, o reduzido espaço disponível para a componente lúdica na existência cortesã (mau grado os esforços de europeização dos costumes levados a cabo por D. João V) e a própria hipertrofia do aparato eclesiástico (e respetiva relevância política) que representara a instituição da Patriarcal, conjugar-se-iam para outorgar ao templo palatino uma posição axial (desde logo simbólica), aliás refletida na própria tradição peninsular⁶³. Outro tanto se diga do aparato militar, origem da nobreza, enquanto grupo social e primeira base do poder real, sendo, aliás, guerreiras as próprias origens do cerimonial cortês⁶⁴. A trilogia completar-se-ia com o saber, área, aliás, merecedora do ativo empenhamento do monarca.

De facto, a proteção às artes, mas também às letras e às ciências constitui, no seu reinado, um verdadeiro imperativo político, com o fim imediato de estimular a renovação dos horizontes culturais que enquadravam o país — mas não deixava, por isso, de configurar-se como um dos principais mecanismos de exaltação régia, nimbando a sua coroa de um brilho *iluminado*. E é, decerto, significativa a informação fornecida por frei Cláudio de que o aumento da lotação conventual de oitenta para trezentos frades se ficara a dever à decisão tomada pelo rei de (...) *fazer este Convento huma Universidade de todas as Sciencias* (...) ⁶⁵. Certo é que às *Reais Aulas* de Maфра dedicaria o monarca especial solicitude, aí funcionando, quase em simultâneo com a instalação da comunidade, as classes de Gramática, Lógica, Física, Matemática, Moral e Teologia, com lentes de Prima, Véspera, Noa e Escritura, ensinando-se ainda o Cantochão e Música e canto de órgão⁶⁶.

Simbólica e imensurável, caberia, pois, a Maфра fornecer a ilustração visual e retórica de um poder absoluto que alcançara fundir, no seu corpo gigantesco, a totalidade das referências que polarizavam a lealdade da nação. Tal era o significado transcendente da distribuição sectorial no interior do grandioso plano: não, como foi longamente entendido, a justaposição de dois retângulos, de que o primeiro corresponderia à zona palaciana, incluindo a basílica, e albergando no posterior as dependências claustrais, bem como, naturalmente, a biblioteca, mas uma realidade mais complexa e encerrando um significado mais profundo, o que, na verdade, ressalta com nitidez em quase todos os escritos que a ele, de algum modo, se referem. Como resumiria a narrativa de frei Cláudio, Ludovice havia idealizado (...) *hum Convento de trezentos Frades, recolhida toda esta maquina dentro em hum Palacio* (...) ⁶⁷.

Maфра seria, pois, a *cidade real*. Não a justaposição de dois mundos, onde as estruturas áulicas da corte e da Igreja se oporiam à austera espiritualidade franciscana⁶⁸, mas a tradução visual e planimétrica de um organismo complexo, que era o da própria monarquia, cumprindo o seu desígnio totalitário de poder: absorver, no interior do seu corpo imenso e multiforme, a instituição eclesiástica, na sua dupla configuração, secular e regular e, com ela, a força da sua autoridade sacral e legitimadora. É este o significado profundo desse férreo amplexo em que a “casa do rei” cinge o templo e o cenóbio e que, não custa a crer, terá colhido a comunidade de surpresa, na tradição ascética da profissão arrábida⁶⁹.

No coração da gigantesca mole, o convento resumia o próprio sentido espiritual do monumento. Contudo e ainda nas palavras do erudito franciscano, Ludovice (...) *unio de tal sorte o Convento ao seu Palacio, que a mesma Capella-Real era a Igreja do Convento e os Frades os seus Capellães* (...) ⁷⁰. Era, pois, na essência, a capela palatina, prolongamento natural do paço, que o incremento espetacular do culto havia convertido em Real Basílica, desse modo sublinhando, subtilmente (como no Escorial) o carácter privado do recinto⁷¹: era, dito de outro modo, a Patriarcal, que D. João V não lograra erguer de raiz na capital e que, por essa via, concentraria em si a carga simbólica que o soberano se empenhara em imprimir à sumptuosa instituição, justificando, assim, as palavras de Raczyński que, já no século seguinte, sugestionado por evidentes analogias ostentadas pela galilé e cabeceira, reconheceria nela (...) *une imitation en miniature de l'église de Saint-Pierre* (...) ⁷². E é bem possível que, também aqui, as coisas se compliquem...

De facto, não seria somente Reynaldo dos Santos, já no século XX, a detetar no templo (...) *afinidades com Gesù e Santo Inácio de Roma* (...) ⁷³. Também o núncio apostólico, escrevendo ao seu governo em 25 de outubro de 1717, ao reportar os faustos que haviam rodeado a colocação da primeira pedra, afirmava que o monarca ambicionava fazê-lo (...) *della stessa misura per tutti i lati della Chiesa di S. Ignazio a Roma* (...) ⁷⁴:

e semelhante imagem sobreviveria ainda na iconografia usada, mais de três décadas depois, nas exéquias romanas do monarca lusitano.

Porém, pelo relato de frei Cláudio sabemos que, no momento em que se procede à ampliação do plano inicial, a igreja se encontraria (...) *quase concluída* (...), vendo-se o novo projeto constringido a respeitá-la; mas vimos igualmente que, em 1724, Merveilleux a teria visto (...) *poussé[e] jusqu'à la Nef* (...) — e que, em 1729, as torres apenas haviam atingido o (...) *oliuel da mesma igreja* (...), não podendo a obra do zimbório iniciar-se antes de 1733. Tudo parece, assim, conjugar-se para aceitar que, inviabilizando já uma radical alteração pelo estado de adiantamento em que se encontrava, a igreja monástica (doravante basílica real) se aproximaria, não obstante, do arquétipo romano que lhe impunha a sua nova representatividade, pela modificação do traçado da cabeceira e pela imposição de uma nova fachada, destinada a albergar (como em Roma) a galilé e a *Casa de Benedictione* — peça essencial a um tempo do novo discurso semiótico e da própria resolução das questões organizativas do complexo palatino em que o convento iria converter-se⁷⁵.

No interior da *cidade real*, a basílica constituiria, na verdade, o eixo gerador de todo o programa arquitetónico, símbolo eloquente do discurso ideológico que o

monarca procura transmitir. É ela, de facto, o centro em redor do qual se organiza toda a construção e o polo onde converge o grande esforço ornamental: o salão do trono do palácio, onde, nas cerimónias de maior esplendor, as régias personagens surgem englobadas na mesma devoção que envolve a divindade, nas tribunas que lhes são reservadas, enquadrando o altar-mor⁷⁶. Flanqueando o templo, a um e outro lado, alonga-se, simétrico, o palácio, nas alas destinadas ao rei e à rainha. Consagra, arquitetonicamente, a estrutura institucional que representam⁷⁷: rigorosamente idênticos, ambos os braços, no que respeita à sua organização e funcionamento, porém distintos, como as *casas* dos soberanos, às quais lhes competia fornecer plástica expressão, tendo, simbolicamente, o seu mais importante ponto de contacto na *Casa de Benedictione*.

Esta, erguida sobre a galilé, no eixo perspético da grande nave da basílica, constitui um ponto alto do metucioso percurso ideológico que enforma todo o monumento⁷⁸: dupla tribuna, a um tempo sobre a liturgia e sobre a praça, por intermédio da Janela da Bênção, dispositivo, uma vez mais, de ressonâncias pontifícias, cuja genealogia, contudo, remete para a *varanda das aparições* e para as suas referências milenares⁷⁹. No extremo oposto da gigantesca mole, de novo as régias residências se unem pelo recinto, não menos sacral, da biblioteca.

9 | Palácio Nacional de Mafra, vista geral da biblioteca.



Em exata correspondência com a basílica e definindo com ela uma rigorosa hierarquia, a livraria, desenhando uma extensa cruz, dominada, ao nível do cruzeiro, por grandiosa cúpula hemisférica, ocupa a mais vasta e nobre sala de todo o edifício. Como a Casa de Deus, também o Templo do Saber se funde, deste modo, no organismo englobante do poder real⁸⁰.

Competiria, porém, à fachada fornecer a ilustração visual desse poder, resumindo, no seu ordenamento, a carga ideológica que enformara, passo a passo, a elaboração do próprio plano. Efetivamente, a imensa praça, organizada pelo aterro do vale com o produto do monte entretanto demolido, onde a plataforma de acesso à basílica subtilmente projeta a gigantesca mole⁸¹, perfila-se como um fator da maior importância na definição do programa arquitetónico — de cujo alçado, a basílica, flanqueada pelas torres, ocupa o centro. É ela o mais prestigioso emblema do poder, ao mesmo tempo que a própria fonte da sua nova dimensão sacral.

Sintomaticamente, porém (como em São Pedro, Roma), o palácio interpõe-se entre o observador e o templo, sublinhando, uma vez mais, a estreita dependência em que se encontra⁸². A nova fachada, albergando a galilé e a *Casa de Benedictione*, unindo os dois braços da residência régia, constitui o seu ponto de fusão e oculta, voluntariamente, o espaço eclesial no interior, insondável, da *cidade*. Aí, como um farol erguido sobre o mar, eleva-se o zimbório, irradiando uma mensagem de autoridade universal⁸³. Ao nártex reservava-se uma função iniciática em relação à grande nave, onde iria ter lugar a liturgia incensatória do poder, constituindo, simultaneamente, a entrada simbólica, que permitiria aceder ao significado último de todo o edifício.

De facto, tudo parece congregar-se no sentido de que as duas salas que ocupam os extremos da vasta galilé (a que a tradição conferiria a designação de *Casas da Via Sacra*) tivessem sido concebidas com funções funerárias, como panteões da dinastia: dos reis e das rainhas, em acordo com os próprios braços do palácio. A posição que ocupam no alçado (integrando-as no complexo sacral definido pela basílica e respetivos anexos); a vocação funerária desse espaço (subjacente ao qual seria organizado o carneiro monástico); o tratamento plástico em evidente continuidade com o nártex; a própria tradição medieval de localização dos panteões reais, tudo se afigura conjugar-se no sentido de divisar, nesses recintos, o mausoléu dinástico que constituiria o remate perfeito de um edifício onde se pretendia plasmar toda uma teoria de poder: e que, na verdade, desde a sua origem se ligava intimamente à perpetuação da própria dinastia.

Por este modo, com efeito, se compreenderá melhor o violento contraste estabelecido pela galilé, não apenas com o exterior luminoso da praça, mas com o carácter festivo da basílica, com o seu revestimento

marmóreo de suave policromia, do qual, de resto, no piso superior, a *Casa de Benedictione* de igual modo participa. Deliberadamente decorado em (...) *cores sóbrias e penitenciais* (...), como já foi notado⁸⁴, o nártex funciona como antecâmara da grande nave, onde irá realizar-se a liturgia sacralizadora do poder — mas, igualmente, como espaço autónomo, com a sua íntima coerência, numa oposição eminentemente barroca, que em permanência recorda aos visitantes que a morte não é mais que o outro lado da vida⁸⁵.

E será, muito provavelmente, a dimensão especialmente significativa desse recinto, a razão de ter Ludovice adotado, no ordenamento da fachada, uma solução inteiramente inovadora e para a qual a arquitetura italiana não oferecia precedentes: a utilização de duas ordens de colunas monolíticas (ao invés da ordem colossal, proposta por Maderno, em *São Pedro, Roma*) — **jónicas no piso inferior e compositas no superior** —, assim sublinhando a dupla funcionalidade desse alçado, que engloba palácio e basílica.

Enfim, guardando a *cidade de mármore*, como alguém um dia lhe chamou, surgem, a um e outro lado, os torreões destinados aos aposentos privados do rei (ao norte) e da rainha (ao sul) — terão, aliás, os seus equivalentes no extremo oposto do edifício, nos denominados “palacetes”, que, enquadrando a biblioteca, à qual os ligam imponentes vestibulos, ocupam os ângulos da frontaria que deita sobre a Tapada de Mafra: destinados, na aparência, aos príncipes do Brasil, e por isso que, com D. João VI, tal uso se encontrava consagrado⁸⁶. Ao invés e numa oposição que mais sublinha o seu carácter deliberadamente arcaico, os torreões reais destacam-se violentamente na fachada principal, (...) *maciços como fortalezas* (...) ⁸⁷.

Perpetuam, de facto, a memória desse outro que Terzi erguera no Paço da Ribeira e que representava, sem dúvida, o mais emblemático ornamento da histórica morada dos reis de Portugal. O seu valor heráldico não poderia ser esquecido em Mafra. Enquadrando a Basílica Real na mesma disposição que as régias personagens quando entronizadas, completam, de modo eloquente e lapidar essa ideia de poder em função da qual se erguia um organismo que constitui, inequivocamente, um dos mais fascinantes produtos do barroco europeu. Por isso original na sua própria e justa designação: de *Real Edifício*.

António Filipe Pimentel

Historiador da Arte

Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga

Imagens: 1: DGPC/Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, 1995; 2: Biblioteca e Arquivo das Obras Públicas; 3: DGPC/Arquivo de Documentação Fotográfica. José Paulo Ruas, 2017; 5: Museu da Cidade; 6: DGPC/Arquivo de Documentação Fotográfica. José Paulo Ruas, 2013; 7 e 8: Luís Ferreira Alves, 2017; 9: DGPC/Arquivo de Documentação Fotográfica. Luciano Pedicini, s. d.

N O T A S

- ¹ Alexandre HERCULANO — “Duas epochas e dous monumentos, a Granja Real de Mafra”. Opusculos. Lisboa: Bertrand, 2.ª ed., 1907, vol. VII, p. 4.
- ² António Filipe PIMENTEL — *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, 2.ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 115-117.
- ³ *Idem, ibidem*, pp. 120-123.
- ⁴ Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João V*, livro XXXV, fl. 355.
- ⁵ O envolvimento do Dr. José Correia de Abreu no controlo da receita e da despesa da obra real parece constituir indício de que, já então, as ambições do monarca extravasavam o que persistia como versão oficial. Graduado na Universidade de Coimbra e exercendo então as funções de (...) *escrivão das cozinhas reais* (...) — isto é, de todo o abastecimento da Corte —, a sua carreira de oficial da secretaria de Estado haveria de consolidar-se nos anos seguintes. Devem-se a Teresa Leonor M. Vale as informações que, aqui e além, permitem seguir-lhe o rasto: na direção (com o cavaleiro Jorge de Siqueira) da Academia Portuguesa em Roma (1727-1728) ou, em Lisboa, como interlocutor do poderoso frei José Maria da Fonseca Évora, cfr. Teresa Leonor M. VALE — *Ouviversaria Barroca Italiana em Portugal: Presença e Influência*. Lisboa: Scribe, 2015, pp. 72-99; Teresa Leonor M. VALE — “Retrato de Fr. José Maria da Fonseca Évora (1690-1752): uma miniatura romana da década de trinta do século XVIII. Os dados da investigação”. *Artis*, n.º 5, [2017] (no prelo); ou ainda a comunicação apresentada ao *Colóquio Comemorações dos 180 Anos da Academia Nacional de Belas-Artes*, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e Academia Nacional de Belas-Artes intitulada “A Academia de Portugal em Roma ao tempo de D. João V. O inventário de maio de 1728”, cujo texto agradecemos à autora.
- ⁶ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Gabinete Histórico*, t. VIII, Lisboa, 1820, p. 78. Cfr. António Filipe PIMENTEL — *Ob. cit.*, p. 285, nota 562.
- ⁷ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, pp. 77-82.
- ⁸ DGLAB, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João V*, livro XLII, fl. 157 e CADAVAL, Duque do — “Memórias da Fundação do Real Convento de N. S. e S. Ant.º de Mafra, outavario, e sagração da igreja”, s.l., 1730, Ayres de CARVALHO — *D. João V e a Arte do Seu Tempo*. Lisboa, 1962, vol. I, p. 286.
- ⁹ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, p. 73.
- ¹⁰ Visconde de SANTARÉM — *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, Paris, 1845, t. V, pp. CCL-CCLI, nota 3.
- ¹¹ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, p. 118.
- ¹² Ayres de CARVALHO — *Ob. cit.*, vol. II, pp. 345-347.
- ¹³ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, p. 83.
- ¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 123-125.
- ¹⁵ Cyrillo Volkmar MACHADO — “O Abbede D. Filipe Juvara”. *Collecção de Memórias relativas às vidas de pintores, escultores e architectos e gravadores portugueses e dos estrangeiros que estiverão em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, s.v., pp. 134 e ss.
- ¹⁶ Veja-se, supra, nota 12.
- ¹⁷ Ayres de CARVALHO — *Ob. cit.*, p. 285.
- ¹⁸ *Monumento sacro da fabrica, e solemníssima sagração da santa basilica do real convento... de Mafra...* Lisboa, 1751, p. 5.
- ¹⁹ *Ibidem*, t. VIII, pp. 83 e 119.
- ²⁰ Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra (BPNM), *Real Edifício Mafrense visto por fora, e por dentro...* Mafra, 1828, ms., res., p. 1.
- ²¹ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, p. 85.
- ²² *Idem, ibidem*, p. 73.
- ²³ *Idem, ibidem*, p. 123.
- ²⁴ Veja-se, supra, nota 12.
- ²⁵ Veja-se, supra, nota 13.
- ²⁶ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, pp. 83-84.
- ²⁷ *Idem, ibidem*, pp. 124-125.
- ²⁸ *Idem, ibidem*, p. 336.
- ²⁹ Cfr. António Filipe PIMENTEL — *Ob. cit.*, pp. 51-61.
- ³⁰ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, p. 108.
- ³¹ *Idem, ibidem*, pp. 123-124. Cfr. Ayres de CARVALHO — *Ob. cit.*, vol. II, p. 345.
- ³² Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, p. 143.
- ³³ Ayres de CARVALHO — *Ob. cit.*, vol. I, p. 269, vol. I.
- ³⁴ Cfr. Luís Ferrand de ALMEIDA — “O naturalista Merveilleux em Portugal (1623-24 e 1726)”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXIV, Coimbra, 1988, pp. 273-275.
- ³⁵ Cfr. Aurora SCOTTI — “Juvara (Juarra, Juarra, Ivara)”. In PEREIRA, José Fernandes (dir.). *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, pp. 249-250.
- ³⁶ Ayres de CARVALHO — *Ob. cit.*, vol. I, p. 270.
- ³⁷ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, p. 126.
- ³⁸ *Idem, ibidem*, pp. 142-143.
- ³⁹ *Idem, ibidem*, pp. 143-144. Veja-se, António Filipe PIMENTEL — *Ob. cit.*, nota 668, pp. 288-289.
- ⁴⁰ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, p. 164.
- ⁴¹ Castelo Branco CHAVES (apres., trad. e notas) — *Portugal nos Séculos XVII e XVIII, Quatro Testemunhos*. Lisboa: Lisóptima, pp. 112-113.
- ⁴² VALE, DGPC, BPNM, *Notícia das ryais obras de Mafra...*, Mafra, 1730, ms., res., parte I, pp. 1, 9, 10 e 11.
- ⁴³ *Idem, ibidem*, parte I, p. 11 e parte II, fls. 2, 4v, 5v, 7, 9, 9v e 11v.
- ⁴⁴ *Idem, ibidem*, parte I, p. 19.
- ⁴⁵ *Idem, ibidem*, parte I, p. 22.
- ⁴⁶ *Idem, ibidem*.
- ⁴⁷ Cfr. Ayres de CARVALHO — *Ob. cit.*, vol. II, pp. 352-355. Veja-se, também, sobre este assunto, as curiosas anotações do conde da Ericeira: Eduardo BRAZÃO (apres. e notas) — *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira (1731-1733)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943, p. 96.
- ⁴⁸ Frei João de São José do PRADO, — *Ob. cit.*, p. 152.
- ⁴⁹ Cfr. António Filipe PIMENTEL — *Ob. cit.*, p. 147.
- ⁵⁰ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, pp. 276-277.
- ⁵¹ Eduardo BRAZÃO (apres. e notas) — *Ob. cit.*, pp. 148 e 150.
- ⁵² Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, pp. 276-277.
- ⁵³ Cfr. Eduardo BRAZÃO (apres. e notas) — *Ob. cit.*, p. 192.
- ⁵⁴ Cfr. António Filipe PIMENTEL — *Ob. cit.*, nota 700, p. 290.
- ⁵⁵ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, p. 143.
- ⁵⁶ VALE, DGPC, BPNM, *Notícia das ryais obras de Mafra...*, Mafra, 1730, ms., res., parte I, p. 19.
- ⁵⁷ António Filipe PIMENTEL — *Ob. cit.*, p. 150.
- ⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 150.
- ⁵⁹ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, pp. 121-122.
- ⁶⁰ António Filipe PIMENTEL — *A Encomenda Prodigiosa. Da Patriarcal à Capela Real de São João Batista*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 90. Catálogo da exposição.
- ⁶¹ Giuseppina RAGGI — “Gaspar ou Luigi Vanvitelli: estudo para o Palácio Real de Lisboa - 1717-1718”. In António Filipe PIMENTEL — *A Encomenda Prodigiosa...*, pp. 54-56.
- ⁶² Cfr. António Filipe PIMENTEL — *Arquitectura e Poder...*, p. 172.
- ⁶³ Cfr. Fernando CHUECA GOITIA — “La Corte de España y los Sitios Reales”. *El Arte en las Cortes Europeas del siglo XVIII*. Madrid: Comunidad de Madrid, 1989, p. 224 e George KUBLER — “Arquitectura de los siglos XVII y XVIII”. *Ars Hispaniae*. Madrid: Plus-Ultra, 1957, vol. XIV, pp. 200-206.
- ⁶⁴ Cfr. Ana Maria ALVES — *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino: à Procura de uma Linguagem Perdida*. Louisa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, onde a questão seria tratada de forma inovadora.
- ⁶⁵ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, p. 336.
- ⁶⁶ Cfr., BPNM, *Princípio e fundação do Real Convento de Mafra, e sua grandeza, e sua sustentação, e luxo*, ms., s.l., s.d., res., pp. 104-105.
- ⁶⁷ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, p. 75.
- ⁶⁸ Cfr. José Fernandes PEREIRA — *Arquitectura Barroca em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Breve; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986, p. 59.
- ⁶⁹ Cfr. Ayres de CARVALHO — *Ob. cit.*, vol. I, p. 272 e António Filipe PIMENTEL — *Arquitectura e Poder...*, p. 295, nota 871.
- ⁷⁰ Frei Cláudio da CONCEIÇÃO — *Ob. cit.*, t. VIII, pp. 84-85.
- ⁷¹ Cfr. Germain BAZIN — *Les Palais de la Foi. Le monde des monastères baroques*. Friburgo: Office du Livre, 1980, vol. I, pp. 8-10 e 67-68.
- ⁷² Comte A. RACZYNSKI — *Les Arts en Portugal*. Paris: Jules Renouard et Cie, 1846, p. 337.
- ⁷³ *Oito Séculos de Arte Portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, s.d., vol. II, p. 230.
- ⁷⁴ Cfr. Aurora SCOTTI, — “L’Accademia degli Arcadi e i suoi rapporti con la cultura portoghese nel primo vintennio del 1700”. *Bracara Augusta*, t. I, n.º 63(75), Braga, 1973, vol. XXVII, p. 121. Veja-se, também, Mons. José de CASTRO — *O Cardial Nacional*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943, p. 172.
- ⁷⁵ Cfr. António Filipe PIMENTEL, *Arquitectura e Poder...*
- ⁷⁶ Cfr. *idem, ibidem*, nota 890, p. 296.
- ⁷⁷ Cfr. *idem, ibidem*, p. 180.
- ⁷⁸ Cfr. José Fernandes PEREIRA — *Ob. cit.*, p. 61.
- ⁷⁹ Veja-se, Albert E. ELSEN, Barbara Miller LANE e VON MOOS — *Stanislaus, La arquitectura como simbolo de poder*. Barcelona: Fusquets, 1975, pp. 39-40 e 51.
- ⁸⁰ António Filipe PIMENTEL — *Arquitectura e Poder*, p. 181.
- ⁸¹ Cfr. José Eduardo Horta CORREIA — “Urbanismo”. In José Fernandes PEREIRA (dir.) — *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, p. 509.
- ⁸² Cfr. Victor L TAPIÉ — *Barroco e Classicismo*. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1974, vol. I, p. 90.
- ⁸³ Cfr. Germain BAZIN — *Ob. cit.*, vol. I, p. 107; ARGAN, Giulio Carlo — *L’Âge Baroque*. Geneve: Skira, 1989, p. 46 e Santiago SEBASTIÁN — *Arte y Humanismo*. Madrid: Cátedra, 1978, p. 127.
- ⁸⁴ José Fernandes PEREIRA — *Ob. cit.*, p. 62.
- ⁸⁵ Cfr. António Filipe PIMENTEL — “Vivência da morte no tempo do Barroco: tumulária portuguesa dos séculos XVII e XVIII”. *I Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Reitoria da Universidade; Governo Civil do Porto, 1991, vol. II, p. 147.
- ⁸⁶ Cfr. Frei João de SANTANA — *Ob. cit.*, p. 2.
- ⁸⁷ Carlos Malheiro DIAS — *Cartas de Lisboa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1907, 3.ª série, p. 185.